

DOSSIÊ: GEPEM/UFPA 20 Anos – Mulheres, Gênero, Histórias e Saberes

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero-GEPEM/UFPA completou 20 anos de atividades em agosto de 2014. Procurando estimular projetos de pesquisa, ensino e extensão de docentes e discentes que trabalhavam com a questão da mulher, avançou para as teorias de gênero incluindo vários marcadores sociais. Aglutinou pesquisadoras/es das diversas áreas do conhecimento das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, da Saúde, Literatura, Educação entre outras, tanto da UFPA quanto de diversas instituições universitárias e ONGs de movimentos de mulheres do Pará. Criou, também, uma sistemática quinzenal de estudos teóricos favorecidos por suas linhas de pesquisa, reunindo expositoras/es e participantes das diversas universidades paraenses.

Nesses vinte anos de presença no âmbito acadêmico e na sociedade de modo mais amplo, o GEPEM construiu uma rede de estudos de gênero na Amazônia, contribuindo para o crescimento da produção de conhecimentos, saberes, práticas e linguagens promovendo a inclusão de discussões sobre masculinidades, sexualidades, relações homoafetivas e trans e minorias sociais, conforme os caminhos do relevante debate nesses aspectos da diversidade. Ao longo desse período de atuação, manteve um fluxo permanente de atividades no formato de palestras, cursos, seminários, pesquisas e encontros nacionais e internacionais, bem como discussões específicas relativas ao meio ambiente regional e sobre as inquietações mais recentes da sociedade em torno do monitoramento à aplicação de dispositivos legais em favor das mulheres, que resultaram de uma agenda política importante dos movimentos sociais. Em 2008 implementou o Observatório Regional de Monitoramento da Maria da Penha, integrado ao OBSERVE – consórcio criado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/Universidade Federal da Bahia. O GEPEM/UFPA faz parte do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e tem garantido uma ampla integração e apoio a outros grupos de estudos de gênero, sendo também parceiro do ativismo dos movimentos de mulheres e de instituições públicas.

Presentemente, a perspectiva de estudos sobre a diversidade social e cultural interroga nossas pesquisas e eventos promovendo um diálogo entre diferentes abordagens, o que ocasiona por sua vez, interpretações e significados diversos, com possibilidades de análise variadas. Vale ressaltar que todas estas atividades estão integradas às unidades acadêmicas da graduação e pós-graduação das Ciências Humanas/UFPA.

O Simpósio GEPEM/UFPA - 20 Anos: Mulheres, Gênero, Histórias e Saberes objetivou avaliar um tempo de presença desse grupo na comunidade acadêmica e em suas atividades para além dos muros institucionais. A programação constou de mesas redondas, palestras, depoimentos pessoais de docentes e bolsistas do grupo, no período de 24 a 26 de setembro de 2014. A apresentação de trabalhos favoreceu a seleção de nove artigos da linha de pesquisa Gênero, Identidade e Cultura, e de três artigos da linha Gênero, Saúde e Violência, submetidos às normas de publicação da revista e constituindo este dossiê em dois tópicos: **Identidade e cultura: mitos, narrativas, histórias de vida e saberes** e **Violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos e práticas de saúde humanizadas**.

Identidade e cultura: mitos, narrativas, histórias de vida e saberes

Considerando a abrangência temática, os artigos deste item aportam, sob a ótica metodológica, em ensaios, em resultados de pesquisa de dados primários, em pesquisa histórica com preservação de registro de eventos e realizações passadas, com contribuições teóricas que favorecem as evidências sobre o processo de promoção cultural da hierarquia nas relações de gênero e que se estabelecem nos parâmetros da desigualdade. Há uma associação transversal entre eles apontando a ideia de circulação das diferenças.

Numa revisão sobre as várias teorias que tendem a apontar o processo de representação das mulheres dimensionando-as ao modelo estruturado com base num sistema patriarcal, o enfoque de Ivonete Pinheiro e Maria Luzia Miranda Álvares – **Mitos: Pilares que Sustentam o Patriarcado na Perspectiva de Simone de Beauvoir** – extraiu, de parte da leitura de “O Segundo Sexo” (1970), a exposição e análise que essa autora elaborou sobre os códigos e leis reproduzidos socialmente e que se tornaram mitos. O que pensar desse controle numa sociedade em que o imaginário social é utilizado como instrumento para garantir a dominância hierárquica das relações entre os gêneros? É com esse olhar que Beauvoir nos leva a ver o modo sutil como o sistema social estabeleceu suas leis e costumes, criando imagens femininas abstratas incorporadas a esse imaginário social.

Franciane Gama Lacerda, em **“Sou Livre”: Narrativas e Representações de Mulheres em Belém do Pará (Século XIX)**, apresenta a “construção de algumas narrativas e representações acerca de mulheres que viveram em Belém (PA) no século XIX”, cujas experiências cotidianas foram registradas por homens, evidenciando temas como beleza, fidelidade, casamento, família, liberdade. Nesse aspecto, o texto revela-se exemplar na avaliação que a autora faz na repercussão que esses assuntos configuram por esse olhar masculino sobre as práticas femininas. Esboça-se, também, o que poucos pesquisadores apontam: “permitem entender muito do que essas mulheres pensavam de si mesmas e os sentidos que deram às suas vidas.”

Utilizando-se da metodologia de observação e entrevistas semiestruturadas entre interlocutores do nordeste paraense, Baixo Tocantins e norte e sul do Pará, Audrei Vieira Alencar procurou compreender no processo do casamento heterossexual, a necessidade da mulher de um dos parceiros se afastar em longos períodos de deslocamento do seu lugar de moradia devido “a necessidade de estudar em outro município fora daquele em que reside.”. O texto **“Todo dia ela diz pra eu não me afastar”: relacionamentos em dinâmicas de deslocamento** aponta para intercorrências típicas de cobranças como ciúme, brigas, mal-estar por pré-julgamentos entre o casal que precisa garantir seus estudos fora da sua localidade de moradia e também entre os próprios amigos. Por outro lado, esse deslocamento, com significativo sofrimento para a maioria dos entrevistados, tende a elaborar outra argumentação para as mulheres, como a de se sentirem com maior liberdade e livres da pressão dos serviços domésticos. Estar fora do “status quo” do lar propicia um tempo de reconhecimento entre os dois tempos dessa vivência no casamento.

O estudo apresentado por Leila Leite e Denise Machado Cardoso sobre a participação e organização feminina e feminista do *Movimento Hip Hop Feminino* (H2F) em Belém, sob o título **Hip Hop Feminino e o feminismo como resistência da juventude em Belém**, aponta para a gênese da formação do movimento e o diferencial entre homens e mulheres nesse processo. A questão-chave da discussão é avaliar a importância do feminismo como forma de resistência “das meninas que produzem e pensam o *hip hop* em Belém.”. A pesquisa priorizou a metodologia qualitativa com

entrevistas informais entre as meninas do movimento, com o foco centrando-se em Mana Josy, que é *Mc*, e em Cely, que é grafiteira. Trata-se de uma abordagem pioneira sobre a subjacência feminista num campo artístico pouco explorado pelos estudos no Pará.

O foco em torno da personificação de mulheres como agentes de cura através da prática da “benzeção”, articula as variáveis gênero, religião e cultura ao campo religioso urbano belenense. **Mulheres Benzedoras em Belém (PA): Relações de Gênero e Trajetória Religiosa**, de Iracema Silva Costa, é um texto etnográfico sobre três mulheres benzedoras que atuam na cidade de Belém (PA). Despojadas de instituições religiosas, as práticas são apresentadas como o ofício que essas mulheres tendem a exercer em seus espaços sociais incorporando representações e percepções sobre as fórmulas que se integraram em suas histórias de vida, algumas, aliás, num passado familiar tradicional.

Se as benzedoras buscam a cura para as pessoas adoecidas, Elaine Cristina Mesquita, em seu estudo **“Práticas de cura em Belém: gênero e saúde circunscritos no universo da Revista Pará-Médico (Século XX)”**, tende a tratar do outro lado da questão, ou seja, sobre práticas de saúde com aportes da ciência médica aplicadas às mulheres adoecidas. A análise usou recursos de uma revista científica que publicava artigos de pesquisa médica onde a autora encontrou evidências de métodos implantados, medicamentos administrados e exames modernos experienciados em mulheres acometidas de certas doenças da época. Artigos publicados nessa revista apontaram para ações curativas por vezes experimentais e incipientes aplicadas sobre certos males femininos evidenciando relações de poder do saber médico em detrimento dos saberes populares, criando campos das “tensões relacionais de gênero”.

O contraditório entre saberes profanos (benzeção) e saberes científicos (prática médica) é demonstrativo de representações sociais dispares na cultura que distingue os padrões de comportamento de um povo, de um grupo social. Tradições e valores favorecem o lugar desses saberes muitas vezes difundidos sem a necessária importância requerida pelo processo criativo. Nesse aspecto, o texto de Maria Zeneide Gomes da Silva, **Identidade de Gênero: Mandingas, Malícias e o Jogo de Poder nas Rodas de Capoeira Paraense**, dialoga com um tipo de saber popular - a capoeira - transitando pelas relações hierarquizadas de gênero, a diversidade étnica e o processo histórico que aponta a figura feminina paraense nessa manifestação cultural afro-brasileira representando um aspecto da resistência negra.

A presença feminina negra na produção de conhecimento e definição de identidade racial se torna a referência maior do artigo **O Feminino na Formação Intelectual Negra Amazônica**, de Luiz Augusto Pinheiro Leal, que extrai da obra de três intelectuais amazônidas a força significativa de elementos que marcaram Bruno de Menezes, Nunes Pereira e Dalcídio Jurandir. O autor aponta elementos em comum além do fato de todos serem negros e sentirem-se engajados pela liberdade de culto e pela forte produção intelectual. Uma referência feminina negra marca, contudo, o aspecto do despertar identitário para a questão da racialidade em cada um. As mães, sempre elas. Bruno de Menezes dedica seu livro *Boi-bumbá*, à sua falecida mãe Balbina, apontando as inúmeras facetas culturais que circularam em sua infância pelas mãos dela; Nunes Pereira reverencia duas mulheres presentes em sua vida desde seu nascimento à sua formação espiritual; e Dalcídio Jurandir circula com sua personagem Amélia em grande parte de sua obra literária, revelando a presença de sua mãe Margarida. O tecer deste inventário da presença feminina na vida dos três escritores paraenses revela-se significativo neste texto haja vista o teor da análise do autor em reconhecer que como

mulheres negras numa época tão marcada pelas relações convencionais traçaram profundamente a memória familiar de três expoentes da literatura paraense.

No Brasil, embora haja pesquisas tendo como foco pessoas deficientes, como a da Organização Mundial da Saúde (World Report on Disability - 2011), o Relatório de Pesquisa de Opinião Pública Nacional - Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil (DataSENADO, 2011), a que foi realizada em abril e maio de 2011, pela empresa i.Consultoria: “Pessoas com Deficiência: expectativas e percepções sobre o mercado de trabalho”, essa área ainda se ressentiu de maiores resultados no espaço acadêmico. O texto **Representação social do gênero masculino e suas implicações na sexualidade de pacientes com paraplegia**, de Brenna Maués de Souza Santos e Ana Maria Vasconcelos Silva, vem numa direção importante por incluir em seus estudos a situação da sexualidade de deficientes em paraplegia. Favorecendo-se do tratamento teórico sobre representação social e numa abordagem qualitativa, as autoras visualizaram em três casos, o formato do perfil e a percepção desses portadores de deficiência e a maneira de lidarem com a situação.

Gênero, violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos e práticas de saúde humanizadas

Desde o início dos anos 1980, no Brasil, a área temática dos estudos sobre a violência contra as mulheres expandiu mundialmente a literatura sobre o assunto, constituindo-se objetivamente numa perspectiva de visibilizar as ocorrências por vezes camufladas em “modos de ser” das relações de gênero.

A violência tem enfoques variados e se instala num âmbito onde o constrangimento físico ou moral estabelece as formas de submissão e poder sobre outrem, obrigando-o à sua vontade. “As descobertas desse campo de estudos implicam a imersão em várias áreas de conhecimento não só o das Ciências Humanas, mas das Ciências da Saúde, Ciências da Comunicação e de todas aquelas áreas que favorecem o reconhecimento da importância de tratar do princípio norteador dos direitos humanos.” (cf. Álvares, *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 5, jan./jun., 2014). O aspecto da política de visibilidade da situação de violência contra as mulheres com denúncias para os fatos possibilitou a escolha de três artigos apresentados no Simpósio 20 Anos do Gepem para fazerem parte deste dossiê.

Sob a bandeira da política de visibilidade, Simone Nonato Miranda analisa aspectos preventivos, como a educação, para o combate à violência, em mulheres provedoras da família. O texto **Violência contra a mulher, quem mete a colher? Trajetórias de lutas das mulheres da Vila da Barca, Belém (PA)** foi produto de uma pesquisa qualitativa em que a autora utilizou entrevistas estruturadas e análise de conteúdo para avaliar em que medida “Alice e Bela se reconhecem como sujeitos ativos no processo de enfrentamento à violência, recusando-se a assumir a posição de vítimas.”. Nesse processo, elas avaliam a situação vivenciada e admitem que se encontram num ciclo de violência nem sempre fácil de romper, embora resistam, lutem e em certas vezes revidem à agressão do parceiro.

O aspecto da violência doméstica contra as mulheres tende a ser mais evidente quando os casos se tornam materializados em atos praticados contra a integridade física ou psicológica desse gênero. Dessa forma, o estupro se manifesta pelo uso intencional da força física contra outrem, nesse caso, contra as mulheres. Pouco é tratado, entretanto, sobre a cultura do estupro, um ato invasivo

e tendente à perspectiva da normalidade de atitudes sobre gênero e sexualidade. Esta cultura opera de múltiplos ângulos e sedimenta comportamentos sexistas que se reproduzem constantemente. Supondo que as áreas do Direito e da Saúde sobre sexualidade e reprodução tendem a “organizar uma maneira de desconstruir o enraizamento de muitos preconceitos e violências de gênero que acontecem todos os dias” fortalecendo a cultura do estupro, Evelyn Lima De Andrade, no texto **Os Direitos Sexuais e Reprodutivos como Modo de Desconstrução da Cultura do Estupro**, recorre a uma bibliografia específica procurando aportes para analisar a misoginia e conclui que “essa cultura liga-se intimamente ao padrão machista e patriarcal da nossa sociedade.”

Em estado crítico ao serem atingidas pelas garras da violência doméstica, as mulheres aportam nas delegacias específicas, para denunciar o agressor com exigência da aplicação das medidas protetivas, e nas clínicas médicas, para o acolhimento e atendimento aos traumas vivenciados. Para uma avaliação do formato desse processo, o texto **Atendimento humanizado às mulheres em situação de violência: a percepção das mulheres atendidas na DEAM/Parintins, Amazonas**, de Gisely Pereira Tavares, Michele Barbosa Rodrigues, Milena Fernandes Barroso, Nayara Moura Silva Vieira e Vanessa Rodrigues de Sousa, usando a metodologia qualitativa, com roteiro estruturado de entrevistas aplicado aos profissionais da delegacia e às usuárias dos serviços, analisa se esse atendimento está assegurando as providências necessárias para o bem estar das mulheres vítimas de violência, constitutivo dos seus direitos. O resultado reflete um aspecto que tem marcado as pesquisas sobre essa questão.

Neste dossiê, as discussões apresentadas envolvem estudos recentes de temas candentes da área das Ciências Humanas e Sociais e refletem a necessidade de permanência na exposição que se evidencia sobre os micro poderes que definem os saberes e a cultura e, em certa medida, constroem o *status quo* feminino sob a égide de uma representação social demarcatória de desempenhos que invisibilizam a valorização das mulheres enquanto participantes de um sistema social democrático. Mas se o imaginário social usa os instrumentos de dominação hierarquizadas das relações de gênero, as mulheres criam suas ações de empoderamento e avançam em busca de direitos e de cidadania.

Belém/PA (Amazônia/Brasil), outubro, 2017.

Maria Luzia Miranda Álvares
Coordenadora do GEPEM/UFPA